

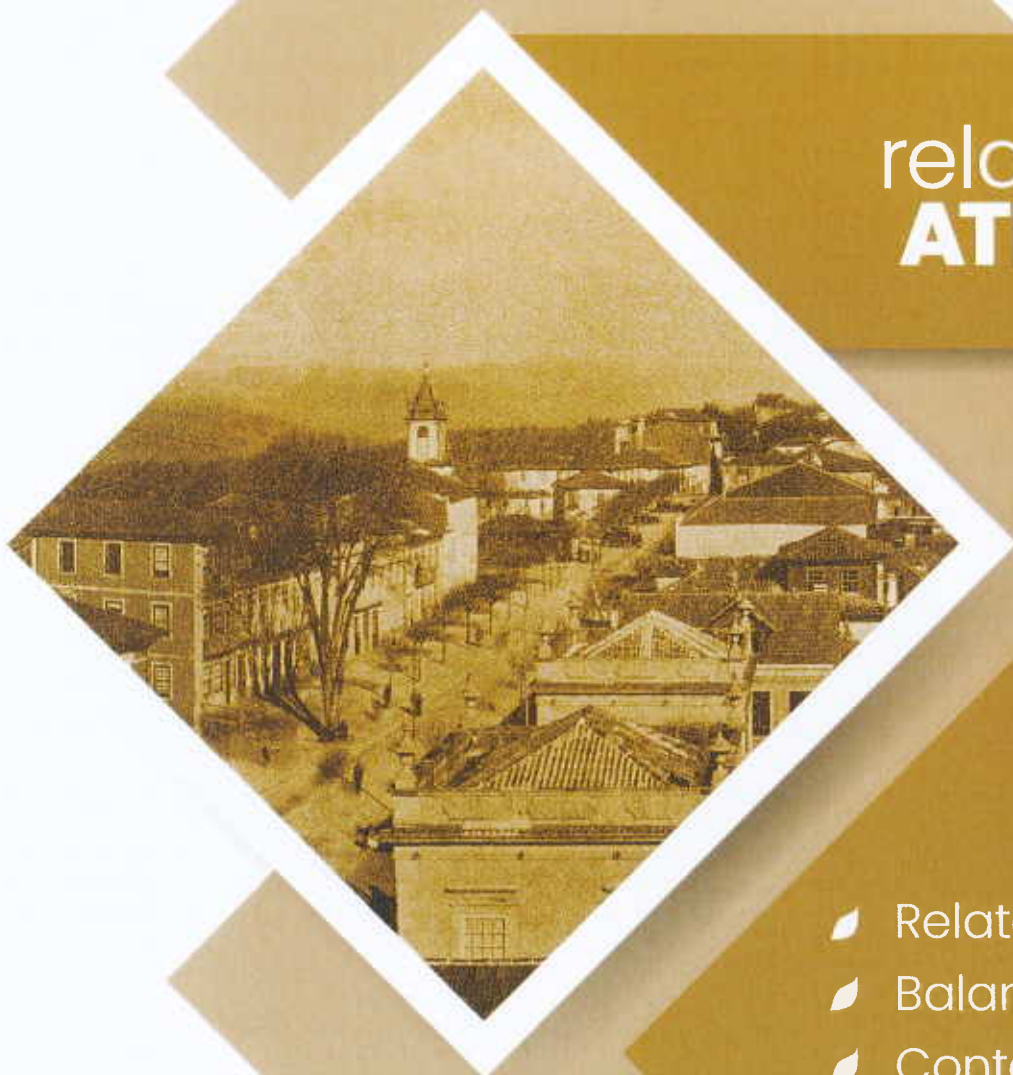


1892
2022
13^ª

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL
DE PENAFIEL

relatório de **ATIVIDADES**

2022



- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal

1. Relatório da Direção

No sentido de dar cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, adiante designada AEP, e de forma a levar ao conhecimento dos Senhores Associados o que foi a atividade da Associação ao longo do ano de 2022, apresenta-se para análise, apreciação e votação o presente Relatório de Atividades que pretende dar relevo aos principais factos ocorridos durante esse período, que coincide com o terceiro ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em Fevereiro de 2020.

Anexa-se, ainda, ao presente Relatório de Atividades, o Balanço e Contas do exercício de 2022 para apreciação, discussão e votação e, ainda, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações tidas pela Direção e às Contas apresentadas referentes a esse período, conforme previsto na alínea b) do artigo 30º dos Estatutos, bem como o Relatório de Auditoria.

Sendo a Assembleia Geral constituída por todos os Associados, nos termos estatutários, é de confiar que nela seja realizada uma rigorosa análise à gestão e atividade desenvolvidas pela Direção, às suas diretivas e orientações, aos seus resultados e às suas expetativas, e ao planeamento de atividades futuras.

Espera-se que na Assembleia Geral de apreciação e discussão do exercício agora findo, os Senhores Associados possam promover uma elevada participação e, pela sua intervenção e proatividade, possam cooperar também com a sugestão de ideias e projetos para a atividade da Associação.

O exercício que agora termina assinala o terceiro e último ano do mandato dos atuais Corpos Sociais que, após os anos de 2020 e 2021 particularmente atípicos, caracterizou-se pelo regresso à regularidade laboral e de funcionamento ao nível do desenvolvimento da atividade empresarial e associativa, o que motivou a uma ação atenta e reforçada para assegurar a estabilidade orgânica, financeira e operacional que tem caracterizado a atividade da Associação nos últimos anos, estabilidade essa que se traduziu num resultado positivo de mais de 48 mil euros, na solidez dos vínculos laborais com os funcionários e com os vários prestadores de serviços, na credibilidade junto

da Banca, na forte intervenção junto do tecido empresarial, na constante aposta em novos projetos e iniciativas e, sobretudo, na capacidade de planear o futuro e a atividade da Associação para os próximos anos.



Ainda assim, e quando no horizonte se perspectivava a possibilidade da aceleração do crescimento económico ao longo do ano de 2022, eclodiu em plena Europa uma guerra que baralhou, mais uma vez, todos os cenários macroeconómicos e provocou uma escalada nunca vista, em tão pouco tempo, do aumento dos preços dos bens essenciais, do aumento do preço das matérias primas, do aumento do custo dos transportes e, com efeitos alarmantes, do aumento exponencial das taxas de juros de referência que constituíram uma dificuldade acrescida das empresas em cumprir os seus compromissos perante a Banca e limitou o acesso ao crédito para financiamentos à atividade e ao investimento.

Por conseguinte, o ano agora findo, à semelhança da globalidade do mandato que agora termina, mereceu por parte da Direção um compromisso sério, empenhado e revigorado, sempre no sentido de assegurar o objetivo máximo de garantir o cumprimento da sua missão estatutária de representação dos Associados e de dinamização da atividade empresarial do Concelho e da Região, através de ações empreendedoras e promotoras da criação de valor aos empresários, solidificando as bases de um futuro de estabilidade, de projeto consolidado e com capacidade de renovação e de inovação, em que os Associados se possam identificar com esta Instituição que, no ano de 2022, comemorou 130 anos, mas que se soube continuar a renovar, a adaptar às cada vez maiores exigências com que se deparou e depara, e que conseguiu, dia a dia, transmitir uma imagem de entidade credível, que respeita os seus compromissos e os seus parceiros.

A estabilidade financeira que se conseguiu manter e solidificar neste exercício, e que foi fruto de um trabalho rigoroso de toda a equipa da AEP, permite continuar a delinear e executar verdadeiros projetos fomentadores do Associativismo e a aproximar a AEP dos empresários, unindo esforços, conhecendo as suas necessidades globais e específicas, de modo a poder ser uma parte da solução para os transversais e diversificados problemas da classe empresarial.

2. Funcionamento Interno

O ano de 2022 não se desviou das orientações estratégicas e de atuação que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos, pautando-se pela manutenção de um clima de equilíbrio orgânico, funcional e financeiro que contribuiu para assegurar o regular funcionamento dos vários departamentos da Associação.

De salientar que em 2022 se assinalou o 130.º aniversário da Instituição, pelo que, neste Relatório, se reproduz parcialmente a mensagem enviada ao universo Associativo da AEP, e que versa, em grande parte, os desígnios da atuação neste exercício e a orientação estratégica da Direção:

“ ... depois de dois anos cinzentos para a economia local com todas as perdas inerentes à pandemia da COVID-19, o ano de 2022 será por isso um ano dourado, onde os 130 anos ao serviço dos empresários da região serão celebrados através da retoma de todos os eventos à sua forma original, ou seja, naturalmente se o panorama epidemiológico continuar a melhorar. Serão, ainda, realizadas novas atividades que vão aproximar ainda mais a instituição dos seus associados com palestras e informação direcionada a cada setor empresarial e serviços disponibilizados pela AEP.

O dourado será estampado numa nova imagem celebrativa ao longo do ano para que os 130 anos mostrem o renascer de um tempo turbulento que se deseja que fique para trás.

... Toda a dinâmica dos 130 anos da Associação Empresarial de Penafiel têm como principal objetivo projetar e envolver ainda mais os associados desta casa. Só faz sentido continuar este trabalho de extrema importância que é o associativismo se tivermos os empresários connosco.

Depois de dois anos difíceis, queremos que o sucesso de todos regresse, com muito trabalho, novas oportunidades e no que depender da AEP estamos cá para que o ano de 2022 seja dourado.

2022 será por isso um ano de renovação, de maior proximidade e mais dinâmica para todo o concelho de Penafiel e região envolvente, sob o lema “há 130 anos a crescer consigo” ”.

É com imensa satisfação que se verifica que, efetivamente, o ano de 2022 foi um ano de intensa atividade e dinamismo da AEP e que marcou uma inflexão no sentido ascendente após os 2 anos restritivos impostos pela pandemia, reabrindo a Associação à Comunidade e a Comunidade à

Associação, numa dicotomia cada vez mais vincada e que, como exemplo disso, se pode apontar as regulares visitas efetuadas às freguesias, respeitando o compromisso público assumido de estar mais próxima de todos, sempre com o intuito de contribuir para a capacitação das empresas da região, a qualificação das populações e o desenvolvimento do território.

De destacar também o retomar nos moldes habituais do “Jantar Anual do Associado”, aberto à comunidade associativa, durante o qual foi prestada a habitual homenagem aos Associados com mais de 10 e 25 anos de filiação, bem como à Junta de Freguesia de Penafiel pela postura de cooperação com que sempre tem brindado a AEP e que tem permitido um trabalho conjunto na valorização do território e das suas gentes.



Tudo tentámos fazer respeitar aquele que é e será sempre o objetivo principal de todos aqueles que integram esta Direção e toda a estrutura da AEP: servir as empresas associadas, apoiar as suas ambições, cuidar dos seus interesses e procurar parceiros que tornem possíveis os seus projetos de investimento, de crescimento e de internacionalização e/ou outros que necessitem.

Para a satisfação das necessidades referidas, e na linha estratégica que tem caracterizado a estrutura técnica, a qualificação dos recursos humanos da Associação continuou a ser uma realidade e uma aposta da Direção, de modo a garantir as habilitações necessárias para serem dada eficiente resposta aos senhores Associados que recorreram aos variados serviços da Associação, num contexto particularmente exigente e de permanente alterações legislativas e procedimentais de apoio ao exercício da atividade.

Como evidências práticas de situações que atestam e validam a competência de intervenção e capacidade dos serviços da AEP, pode-se referir que, no dia-a-dia, foram executadas todas as tarefas decorrentes da exigente legislação contabilística e fiscal, prestados esclarecimentos e informações aos senhores Associados no que respeita às atualizações legislativas relacionadas com a sua atividade, o enquadramento da sua empresa e atividade em eventuais candidaturas a fundos comunitários, a medidas de apoio à contratação e de apoio à atividade empresarial, a realização de formação específicas ajustadas às necessidades e realidades de cada empresa, entre diversas e diversificadas tarefas de acompanhamento e aconselhamento.

Junto dos seus Associados a AEP continuou a procurar refletir a imagem de uma entidade competente, dinâmica e conhecedora que responde às necessidades de todos aqueles que lhe solicitam ajuda no combate às dificuldades. Também junto das novas empresas que iniciam a atividade, e cujas necessidades são ainda mais prementes, a AEP tentou manter uma atitude proativa no sentido de aproveitar a oportunidade de aceitar novos Associados, procurando alargar a sua representatividade.

Nessa linha, a AEP, continuou a agir no sentido de manter um acompanhamento útil e profissional aos seus Associados, de quem recebeu frequentemente solicitações, pedidos de esclarecimentos para poder exercer com normalidade a sua atividade económica.

O reconhecimento pela competência técnica do desempenho da Associação que nos foi sempre sendo transmitido e espelhado nos resultados emanados da execução dos seus vários projetos próprios, reforça a nossa vontade em prosseguir este caminho de aposta na requalificação e aperfeiçoamento dos nossos quadros técnicos, traduzido muitas das vezes, mas não só, nas reiteradas avaliações desses projetos por parte das autoridades de gestão, que, sem exceção, indicam uma excelente folha de serviços, quer no desempenho, quer no cumprimento das normas em vigor.

3. Fomento Associativo

O ano de 2022 caracterizou-se ainda como um exercício difícil e exigente para o Associativismo, para as empresas e para os empresários que, após um período de complexa necessidade permanente de resolução de problemas e desafios impostos pela pandemia, exigiu, agora, uma atuação de constante adaptação às novas realidades do mercado, nomeadamente pela escalada da inflação dos bens básicos, dos custos de energia e dos custos do transporte, a que acresceu uma subida brutal das taxas de juro de referência.

Estas alterações não previstas de demasiadas variáveis económicas estimularam exigências renovadas na representatividade associativa, que assumiu sobretudo uma missão de representação junto do poder central e um atento acompanhamento próximo dos empresários, dado que o funcionamento do mercado, mais uma vez, viu baralhada a sua forma estável de funcionamento, uma vez que a variação das cotações de vários produtos que influenciaram a política de preços das empresas, a sua redefinição de margens e de prazos de execução de muitos trabalhos.

A AEP procurou contribuir para que o Associativismo traduzisse e comportasse uma expressão organizada da sociedade, numa verdadeira e profícua associação de partilha, quer de recursos quer de necessidades, pelo que, neste seguimento, lutou para que todos os que com ela se relacionam, nas mais diversas formas, se sintam imbuídos do conceito da sua utilidade, revendo-a e referenciando-a como uma Instituição credível e de confiança, tendo em 2022 tentado ser, por muitas vezes e de novo, a voz dos empresários junto do poder central e local, acima de tudo numa lógica de agente de criação de valor e de soluções.

Numa outra perspetiva que reflete a atividade da Associação, e à semelhança do que se vem verificado ao longo dos últimos anos, o número de Associados continuou a crescer, em número, diversidade de setor de atividade e dispersão geográfica ao nível do Concelho de Penafiel, o que permitiu continuar o reforço e solidez da representatividade da Associação.

Espera-se ter conseguido, dentro das limitações impostas pela atual conjuntura económica e social e, ainda assim e apesar dos esforços, por um crónico alheamento do tecido empresarial ao movimento associativo, a dinamização do tecido empresarial local, a eficaz defesa e útil representatividade dos senhores Associados, a promoção do bem comum e a dignificação do bom-nome desta instituição centenária.



No que respeita à sua atuação no CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, a AEP sempre tentou continuar a contribuir, ao longo do exercício, para que o papel do Conselho Empresarial fosse o de dar um válido contributo na implementação de uma nova dinâmica que pudesse beneficiar as suas Associações integrantes, respeitando assim a razão da sua criação e existência, pese embora ainda não se sinta que este organismo possa, definitivamente, ser um representante agregador das Associações Empresariais que o constituem.

4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel por força da sua missão estatutária, do legado da sua História e pela posição estratégica assumida atualmente, sempre pautou a sua atuação institucional pela cordialidade e cooperação com as demais entidades com que se relaciona.

O respeito pelo bom relacionamento institucional foi prática corrente no exercício de 2022, fomentando-se relacionamentos que permitissem de forma cooperante atingir o bem comum. Como em tantas situações no passado, e sem beliscar sequer esse bom relacionamento, a AEP sempre demonstrou de forma inequívoca a sua autonomia e liberdade de expressão, não descurando nunca a defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada, mas definida, essas relações da sua esfera de atuação.

No que respeita às relações com o Poder Local, e em primeira linha, a Câmara Municipal de Penafiel, com quem tem existido um trabalho de grande proximidade e que permitiu o desenvolvimento de projetos que têm contribuído e irão continuar a contribuir futuramente para o desenvolvimento do concelho.



Com a Câmara Municipal de Penafiel o relacionamento institucional foi assente numa postura dialogante, amigável e cooperante no sentido de conseguir que fossem geradas sinergias proveitosas e benéficas para todos os agentes do Concelho de Penafiel. É de toda a justiça reconhecer que a posição da Autarquia para com a AEP foi, igualmente, pautada pelo respeito institucional e pela cooperação operacional, facto que se assinala e regista, valores que se estendem ao relacionamento com as várias Juntas de Freguesia, em especial a de Penafiel.

Todos aqueles que se revejam nesta conduta colaborante e comunguem dos princípios éticos que a AEP respeita, serão bem vindos para cooperar de forma responsável, sempre com o espírito de servir a entidade que representamos e os seus Associados, sem em momento algum, se confundir

cooperação e colaboração com subserviência da AEP para com quer que seja, consolidando-se um ADN de converter os problemas em desafios, sempre numa postura assente no respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso.

Mais uma vez, com o IEPF - Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente com a Delegação Regional do Norte, o Centro de Emprego de Penafiel e também de Valongo e de Amarante, através de trabalho competente das partes, foi possível manter a AEP num exemplo de excelência enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico para quem pretende criar a sua própria empresa. No âmbito da formação Profissional, tem-se mantido inesgotável a confiança que o IEPF tem demonstrado para com o trabalho da AEP e, agradecendo esse voto de confiança, só se pode afirmar que tudo se fará para nunca deixar de merecer essa confiança.



Com as Instituições do Concelho e de Concelhos vizinhos, como são os casos da Santa Casa da Misericórdia, Rotary Club de Penafiel, Cruz Vermelha Portuguesa, APADIMP, ADISCREP, Bombeiros Voluntários de Penafiel, Futebol Clube de Penafiel, Assembleia Penafidelense, Sociedade Columbófila, ISCE Douro e ESTG de Felgueiras, Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Escola Secundária de Penafiel, Escola D. António Ferreira Gomes, ACT, Biblioteca Municipal, Tribunal da Comarca Porto – Este, e muitas outras, sempre se tentou marcar a posição por um relacionamento de seriedade, cumprimento de compromissos e a vontade própria para participar em projetos comuns.

De entre os protocolos firmados e atribuições atualmente existentes e que em 2022 continuaram a funcionar de forma recorrente, com efeitos práticos na atividade regular da Associação, muito pela sua continuidade, destaca-se:

- IEPF – EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico e Entidade Formadora Acreditada.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho – Entidade Formadora Acreditada para 23 áreas de educação e formação.

- CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa.
- ADERSOUSA – Associação de desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - Vice-Presidente da Assembleia Geral.
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Associada e Protocolada para Acordo de cooperação na Medida Vida Ativa.
- Conselho Consultivo da AE Portugal – Membro do Conselho.
- Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro do Conselho.
- CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membros do Conselho.
- ANQEP - Centro Qualifica – Entidade Acolhedora e Executante do Centro Qualifica.
- Novo Rumo Norte – Entidade Técnica do Programa.
- OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada.
- ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada.
- Escola Secundária de Penafiel – Membro do Conselho Geral.

A AEP foi e será uma instituição com uma vontade constante de renovação, onde os problemas se transformam em desafios, e impulsionadora de respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso e é com orgulho que, sabendo que os seus parceiros são aliados fundamentais na prossecução da missão estatutária, esta Direção regista o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de, por vezes em situação de liderança, participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.

5. Departamento de Contabilidade

O número de Associados que elaboram a sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP – através da SCAEP – e apesar da continuidade da limitação à atividade empresarial que decorreu dos constrangimentos à atividade



verificado no biénio anterior e que se refletiu ainda em 2022, não teve variação significativa, subindo, ainda assim, face ao número de empresas registado no ano anterior, o que permitiu poder continuar a garantir a estabilidade da atividade operacional e financeira do departamento que, no ano em apreço, sofreu uma alteração na sua composição técnica que poderá gerar ganhos de eficiência futuros.

Todos os Associados que mantiveram a elaboração das suas contabilidades na AEP e todos aqueles que, em 2022, confiaram a este departamento, pela primeira vez, a sua contabilidade, puderam ter ao seu dispor um serviço rigoroso, competente e profissional no tratamento dos seus vários processos. No decorrer do ano, foram 27 as contabilidades organizadas e 45 do regime simplificado que estavam a cargo dos serviços da SCAEP.

Na verdade, aos Associados que elaboram a sua contabilidade na Associação, continuou a ser-lhes disponibilizado um serviço profissional e um acompanhamento rigoroso e atento às mais diversas solicitações e necessidades apresentadas – cada vez mais significativas e regulares –, apontando-se como principais serviços o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais, relacionados com o processamento de salários, organização do dossier fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade definida, tendo sido necessário, por força da constante e cada vez mais rigorosa legislação fiscal e dos seus procedimentos, imprimir uma constante atualização dos conhecimentos específicos e técnicos, por parte dos elementos que compõe o departamento.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Mantém-se assim ao serviço dos Associados a disponibilização de um serviço que há muito espelha o rigor e o profissionalismo dos serviços prestados pela AEP e que, em 2022, foi ainda mais um suporte e apoio técnico fundamental, sobretudo para as pequenas empresas sem estrutura interna que possa desenvolver estas valências.

6. Gabinete de Estudos e Projetos

Em 2022, e na linha de atuação e resultados que se tem registado nos últimos anos, a atividade deste departamento da Associação registou níveis bastante elevados, resultado do trabalho efetuado na elaboração e acompanhamento de projetos no âmbito do Portugal 2020 e, sobretudo, pelo desenvolvimento do trabalho enquanto EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico em especial na elaboração de projetos de criação do próprio emprego que se consubstanciou na obtenção de uma posição de destaque ao nível do desempenho na Delegação Regional do Norte, como uma das EPAT com mais execução.



A estabilidade e estratégia de atuação do Departamento, potenciou a execução do projeto “Granito e Rochas Similares no Tâmega e Sousa: Sustentabilidade, Competitividade e Transformação Digital”

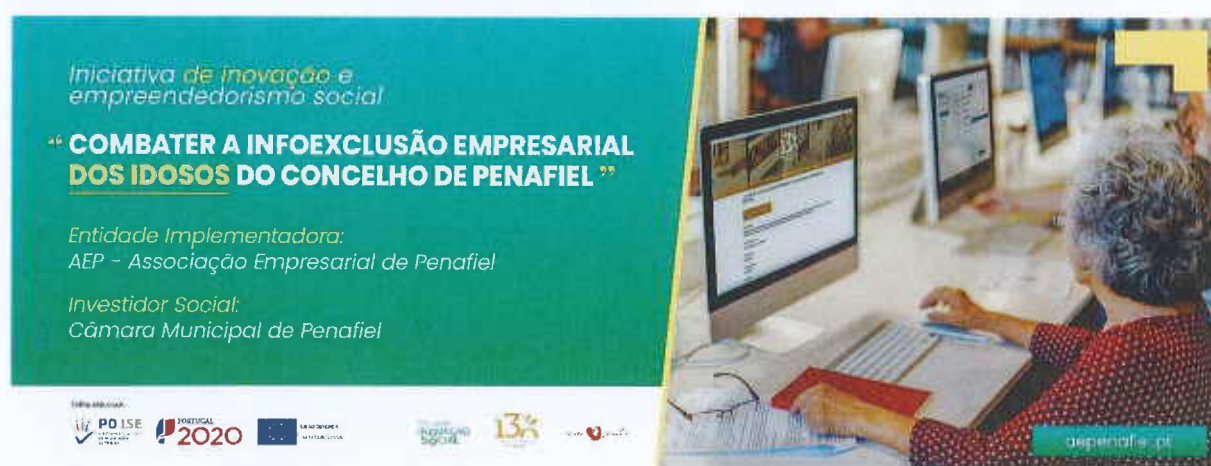


que, dado o impulso verificado ao longo do ano, contribuiu fortemente para a capacitação das empresas que constituem o setor da extração de granito ornamental e rochas similares e da transformação, ao nível da fabricação de artigos de mármore e de rochas similares e fabricação de artigos de granito e de rochas da sub-região do Tâmega e Sousa, que culminou já na edição dos manuais “Diagnóstico do Setor do Granito e

rochas Similares no Tâmega e Sousa – ecoinovação e impactes ambientais”, “Diagnóstico do Setor do Granito e rochas Similares no Tâmega e Sousa – economia digital” e “Manual de Boas Práticas de ecoinovação, ecoeficiência e economia circular”, com a realização adicional de vários workshops temáticos de capacitação dos agentes do setor.



Também durante o ano de 2022, o projeto “Combater a infoexclusão empresarial dos idosos do concelho de Penafiel” teve um acréscimo da sua atividade, envolvendo 13 Instituições sociais do Concelho e mais de 400 seniores, ajudando este público, combatendo a sua exclusão social e ajudando a diminuir os seus índices de solidão, projeto cuja coordenação financeira ficou a cargo deste departamento.



No capítulo particular das EPAT's, e apesar de todas as limitações verificadas ao normal funcionamento da atividade empresarial, em 2022 foram ainda assim apresentados mais de 50 projetos de criação do próprio emprego (CPE, Microinvest, Invest+ e Invest Jovem) e dada assistência técnica e consultoria especializada a mais de 30 empresas, atuação prestada em diversos domínios, mantendo-se o já elevado desempenho neste capítulo. Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira desta estrutura departamental que há vários anos se apresenta como superavitária.

Paralelamente a este tipo de trabalho de cariz interno, o ano de 2022 foi profícuo no acompanhamento de candidaturas próprias dos senhores Associados, nomeadamente ao Programa de Apoio à Produção Nacional, +CO3SO Urbano, +CO3SO Social e outras de medidas de apoio à contratação emanadas pelo IEFP.



À margem do trabalho diário de apoio às empresas e aos projetos, a coordenação dos dois projetos de formação ação (AE Portugal e Confederação do Turismo, que envolvem cerca de 70 empresas intervencionadas, o que significa que a intensidade do trabalho e a gestão operacional e financeira de todos estes projetos representam uma envolvimento de forte intensidade que motiva uma rigorosa e atenta coordenação, sem descuidar o cumprimento dos objetivos macro do departamento.



A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2022 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.

7. Departamento Jurídico

Como é conhecimento geral o Gabinete presta serviços à Associação Empresarial de Penafiel, sem limite de atendimento e versando todos os actos jurídicos necessários, e presta serviços de consultadoria jurídica aos Associados, com atendimento às terças-feiras da parte da manhã (em caso de assunto urgente, o Associado pode-se deslocar ao escritório do Advogado, sendo aí atendido precisamente nas mesmas condições em que é atendido nas instalações da AEP).



O apoio aos serviços da Associação (incluindo o apoio a solicitações da SCAEP – Unipessoal, Lda.) durante o ano de 2022, marcado ainda pela situação de emergência de saúde pública devido à doença de COVID-19, e pelos desafios causados pela crise causada pela guerra na Ucrânia.

Manteve-se, em comparação com o ano anterior, uma procura no esclarecimento de legislação publicada durante 2022 relativa às limitações que foram impostas ainda no combate à doença de

COVID-19, e no esclarecimento da legislação que, face à declaração de fim da emergência pública de saúde veio a regular o “regresso à normalidade”.

No campo da consultoria jurídica, elaborou-se, entre outros, minutas de contratos, entre o mais, de trabalho, e ainda, a elaboração de síntese legislativas para posterior divulgação aos Associados.

Relativamente aos Departamentos da AEP, procedeu-se a várias consultas solicitadas (onde se enquadram também solicitações efectuadas por Associados ao departamento de contabilidade. Relativamente à SCAEP terminou no início do ano de 2022 a assessoria judicial em processo judicial), formalizaram-se contratos de trabalho e procedeu-se ao acompanhamento de processos de cessação de contratos de trabalho.

No apoio directo ao Associado (muitas vezes solicitado através da SCAEP), manteve-se a procura de esclarecimento da legislação relacionada com a actividade empresarial afectada pelas limitações causadas pelo Estado de Emergência decretado pelo governo e pelo fim do Estado de Emergência, na informação quanto à regulamentação colectiva de trabalho e o aconselhamento relativo a contratos de trabalho e a desvinculação dos mesmos.

Apraz informar ainda que se manteve a procura na informação sobre os diplomas legais com importância para a actividade dos Associados e consultadoria jurídica nas áreas do Direito Laboral, Direito Comercial, Direito Civil.

Resumidamente o Gabinete Jurídico recebeu e deu resposta a mais de 100 solicitações (onde se inclui contratos de várias índoles, informações, assessoria jurídica e representação jurídica), mantendo-se assim a procura e confiança dos Associados.

8. Departamento de Comunicação e Imagem

Este departamento em 2022 voltou a assumir-se como um dos mais visíveis da AEP, naturalmente por força sua vocação e esfera de atuação, mas também pela qualidade dos serviços praticados e eventos organizados, que conferem um importante fator de projeção e mediatização da Associação.



A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista **#INPUT**, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Estudos e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica. Foram disponibilizadas também, através dos seus canais de comunicação/promoção, as ofertas de trabalho dos seus associados.

Ao nível das conferências / webinars, foram realizadas algumas sessões, que contaram com a colaboração do departamento, quer ao nível da divulgação, quer ao nível da preparação dos respetivos conteúdos gráficos:

- **Ações de Formação do Banco de Portugal para Empresários**

29 de março - “Criação de Empresas, Desenvolvimento de Negócio e Financiamento Bancário”

29 de setembro - “Conhecimento da Nota de Euro”.

- **Visita à AEP do Bispo Auxiliar do Porto, D. Armando Esteves Domingues**

27 de maio - A visita teve como objetivo conhecer a comunidade AEP (órgãos sociais, colaboradores, associados, formandos e formadores) que se reuniu no auditório da instituição, seguindo-se uma visita às instalações e inauguração de uma placa comemorativa dos 130 anos da AEP.

- **Dias Portas Abertas Formação AEP**

30 e 31 de maio – Dar a conhecer à comunidade a oferta formativa disponível, onde foram apresentados os cursos de Sistema de Aprendizagem da área da Formação AEP que tiveram início em setembro próximo, e ainda, apresentada a medida "Acelerador Qualifica".

- **Road Show “A Associação Empresarial de Penafiel na sua Freguesia”**

Em 2022 a AEP iniciou um Road Show pelas freguesias do concelho de Penafiel para auscultar de perto os empresários locais. O mote foi dado na freguesia de Irivo, passando ainda por Rio Mau, S. Mamede de Recezinhos, Canelas, S. Martinho de Recesinhos, Rio de Moinhos e Castelões.

Ao nível dos eventos de rua de promoção da atividade empresarial, foram realizados os seguintes eventos:

- **Flores & Sabores '22**, realizado no primeiro fim de semana de maio, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel no centro histórico de



Penafiel, a 12ª edição deste certame teve como foco principal a festa da flor com exposição de plantas e flores pela cidade, uma mostra de sabores regionais, um Festival de Street Food, o Artesanato, várias exposições, montras em flor no comércio local e ainda diversas animações de rua;

- **Penafiel Passeio d' Moda '22 – Primavera / Verão**, foi realizado no segundo sábado de junho, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel. Esta edição, que contou com 20 estabelecimentos, voltou ao centro histórico de Penafiel com o objetivo de cativar a atenção da comunidade e divulgar as novidades da coleção de primavera/verão em vestuário, calçado e acessórios, demonstrando a qualidade da oferta disponível no comércio local;



- **Agrival 2022**, realizada em finais de agosto a AEP marcou presença com o seu espaço institucional a assinalar os 130 anos;



- **12ª Feira da Saúde**, realizada em meados de setembro que contou com cerca de 20 entidades ligadas à saúde e bem-estar e teve como objetivo promover e divulgar os serviços de saúde do concelho de Penafiel, com sessões de informação e rastreios gratuitos à população em geral;



- **Concurso Gastronómico “Petiscando” em Penafiel ‘22**, que decorreu durante o mês de outubro e que envolveu 13 estabelecimentos aderentes com o objetivo de promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Passeio d' Moda '22 – Outono / Inverno**, realizado a 9 de outubro no Museu Municipal de Penafiel, foi aberto ao público e com transmissão em direto para as redes sociais, contou com 16 estabelecimentos que apresentaram as suas coleções para o inverno 22/23;



- **Penafiel Cidade Natal '22**, realizado durante o mês de dezembro englobou a casa do Pai Natal diariamente e oficinas de Natal aos fins de semana. Contou também com as iniciativas de rua como música no comércio local e o Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!” que teve a participação de cerca de 30 estabelecimentos, e ainda o Sorteio “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal”.



9. Auditório

O auditório da AEP continua a denotar uma singularidade que lhe confere uma vantagem competitiva, particularmente no que se refere à sua lotação. As reconhecidas condições de comodidade, a par da sua conservação e qualidade dos equipamentos que o integram, fizeram com que o Auditório da AEP apresentasse em 2022



níveis de procura elevados, através da realização de atividades internas, mas também externas promovidas por diversas entidades da Sociedade Civil, local e regional, que continuaram a manter a preferência por este espaço da Associação.

Mais uma vez, a geração de receitas não acompanhou diretamente esta elevada ocupação ao longo do ano devido ao facto de muitas das atividades desenvolvidas estarem ligadas a causas sociais e de solidariedade, fazendo-se por isso respeitar o respetivo Regulamento e tendo-se verificado a gratuitidade de cedência do espaço.



Relativamente ao funcionamento interno, o Auditório manteve a habitual utilização por parte dos vários departamentos da Associação, designadamente no desenvolvimento de várias atividades integradoras dos cursos de formação.

Destaca-se, além da realização de várias dessas sessões, a realização da Assembleia Geral da AEP e de seminários relativos aos projetos próprios em curso.

10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2022 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Operação: 3.1 - Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvidos na AEP;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Junta de Freguesia de S. Tiago de Piães;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Associação Empresarial de Baião;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) da AEP realizados na Associação Empresarial do Marco de Canaveses;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em parceria com a Confederação e Serviços de Portugal - CCP AEP executados na AEP;
- Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em parceria com a Confederação e Serviços de Portugal - CCP AEP executados na Junta de Freguesia de S. Tiago de Piães.

No âmbito da formação não financiada ao longo de 2022 realizou ações de formação nas seguintes modalidades:

- Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação;
- Formação de Mediadores de Seguros devidamente homologada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Formação Contínua - Empresas

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto resulta na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.

Relativamente ao Sistema de Aprendizagem iniciou 5 novas ações nas áreas da saúde e comércio, informática e cuidados de beleza.



Projetos Executados – Financiados
Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Informática – Sistemas 4 - 3.º Período	2022	18	249	4368
2	Técnico/a Comercial 6 - 3.º Período	2022	20	337	6740
3	Técnico/a Auxiliar de Saúde 4 - 3.º Período	2022	23	503	11463
4	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 - 2.º Período	2022	21	446	8200
5	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 1 - 3.º Período	2002	19	900	15769
6	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 2.º Período	2022	16	437	6189
7	Técnico/a Auxiliar de Saúde 5 - 3.º Período	2022	15	899	12294
8	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 - 1.º Período	2022	24	839	17636
9	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 - 2.º Período	2022	19	488	8235
10	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 - 1.º Período	2022	17	673	10704
11	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 - 2.º Período	2022	16	657	9803
12	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 1.º Período	2022	17	682	11189
13	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 2.º Período	2022	17	615	10136
14	Cabeleireiro/a – 1.º Período	2022	20	379	7428
15	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 1.º Período	2022	17	380	6176
16	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 1.º Período	2022	17	371	5608
17	Técnico/a Comercial 7 – 1.º Período	2022	20	376	7316
18	Técnico/a de Informática – Sistemas 5 - 1.º Período	2022	20	376	7225

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP
(2021/2023) (Formação Presencial)

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	7232 - Promoção da inclusão social e comunitária da pessoa com deficiência	2022	25	50	1250
2	0592 - Legislação laboral	2022	12	25	330
3	0612 - Noções básicas de gestão técnica de Recursos Humanos	2022	26	50	1296.5
4	9142 - Tratamentos faciais	2022	13	50	680
5	0754 - Processador de texto	2022	16	50	821.5
6	7222 - Desenvolvimento de atividades de animação e ocupação de tempos livres	2022	27	50	1350
7	4283 - Saúde e socorrismo	2022	15	25	375
8	9637 - Planificação de atividades educativas com crianças e jovens	2022	25	50	1256
9	0458 - Tecnologias de fotografia e vídeo	2022	27	50	1350
10	0528 - Gestão de eventos	2022	10	50	563
11	3538 - Saúde da pessoa idosa - cuidados básicos	2022	14	25	368
12	9640 - Comportamentos disfuncionais na criança e no jovem	2022	25	50	1250
13	7550 - Seguros pessoais	2022	27	50	1350
14	0187 - Arranjos florais e adornos para cerimónias de casamento e batizado	2022	15	50	756
15	0778 - Folha de cálculo	2022	14	50	786.5
16	0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS)	2022	16	50	800

[Handwritten signatures and initials]

17	10655 - Crescimento e desenvolvimento na adolescência	2022	25	50	1250
18	4900 - Língua Espanhola - conversação	2022	16	50	82927
19	0719 - Gestão ambiental	2022	27	50	1350
20	4269 - Oficina de expressão plástica	2022	25	50	1250
21	7245 - Atividade física em populações especiais	2022	13	25	349
22	0678 - Recursos Humanos - processamento de vencimentos	2022	16	25	400
23	3570 - Cuidados práticos dos pés e unhas	2022	18	50	900
24	0738 - Gestão da qualidade - área dos serviços	2022	25	50	1268
25	0714 - Qualidade e aspetos comportamentais	2022	15	50	1338
26	0779 - Utilitário de apresentação gráfica	2022	15	25	378
27	0539 - Contabilidade	2022	25	50	1244
28	7851 - Aprovisionamento, logística e gestão de stocks	2022	27	50	1338
29	0620 - Controlo de gestão	2022	27	50	1329
30	7842 - Técnicas de atendimento	2022	25	50	1220
31	0780 - Aplicações de gestão administrativa	2022	13	50	692
32	6945 - Atendimento – espanhol técnico	2022	14	50	736
33	0189 - Arranjos florais e adornos para cerimónias religiosas	2022	17	50	865
34	0576 - Imposto sobre o rendimento (IRC)	2022	10	50	526.5
35	4862 - Patologias - noções básicas	2022	11	50	536

36	6213 - Condução e manobra de equipamentos de carga e descarga	2022	16	25	403
37	10746 - Segurança e Saúde no Trabalho – situações epidémicas/pandémicas	2022	22	25	550
38	10759 - Teletrabalho	2022	23	25	575
39	4279 - Animação sociocultural - áreas de intervenção	2022	26	50	468
40	0354 - Língua inglesa - atendimento	2022	20	50	300
41	0190 - Arranjos florais e adornos para datas festivas	2022	20	50	240
42	7855 - Plano de negócio – criação de pequenos e médios negócio	2022	25	50	450
43	3568 - Cuidados práticos das mãos e unhas	2022	19	50	171
44	4900 – Língua espanhola – conversação	2022	8	50	56
45	3634 – Técnicas de maquilhagem	2022	12	50	338.5
46	7214 – Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento	2022	17	50	493
47	8622 – Coaching e comunicação	2022	15	25	240
48	6933 – Língua francesa – serviço de receção, atendimento e informação turística	2022	17	50	708.5

Tipologia de Operação: 1.08 - Formação Modular para Empregados e Desempregados AEP
(2021/2023) (Formação E-Learning)

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	3483 - Imagem pessoal e comunicação com o cliente	2022	26	50	1318
2	10330 - Ergonomia e condições de segurança e saúde no posto de trabalho	2022	26	50	1357
3	10393 - Língua gestual	2022	15	25	378
4	4665 - Alimentação racional, nutrição e dietética	2022	27	50	1359
5	10784 - Gestão da presença empresarial nas redes sociais	2022	22	50	1297.5
6	10393 - Língua gestual	2022	16	25	403
7	3655 - Hidroterapia - preservação e promoção da saúde	2022	25	50	1259
8	3287 - Planeamento e desenvolvimento de atividades de tempos livres	2022	19	50	995
9	7214 - Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento	2022	27	50	1350
10	4869 - Técnicas terapêuticas de hidrobalneoterapia	2022	50	50	2500

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) | AEP

Ordem	Nome do Percorso Formativo	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Animador/a Sociocultural	2022	20	1431	21293
2	Técnico/a de Restaurante-Bar	2022	16	1191	10554
3	Técnico/a de Ação Educativa	2022	17	1085	15845
4	Cabeleireiro/a 1	2022	13	91	1183

5	Cuidador/a de Crianças e Jovens 1	2022	16	85	1219
6	Técnico/a de Contabilidade 1	2022	10	361	3610
7	Técnico/a Auxiliar de Saúde	2022	14	984	13450
8	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	2022	14	1293	16201
9	Esteticista	2022	15	1465	14673
10	Cabeleireiro/a – EFA PRO	2022	17	820	11381

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)
(S. Tiago de Piães - Cinfães)

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Organização de Eventos	2022	16	1279	20162
2	Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade – EFA PRO	2022	18	616	10766

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) | AE Baião

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Informação e Animação Turística	2022	15	1497	20496

Tipologia de Operação: 3.3 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) | AE Marco de Canaveses

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Comercial	2022	20	1285	15230

Projetos Executados - Não Financiados
Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 6	2022	15	23	345
2	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 7	2022	15	96	1440
3	Formação Pedagógica Inicial de Formadores B-Learning 8	2022	12	90	1080

Formação para Qualificação de Mediadores de Seguros

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Conformação - Agentes, Corretores de Seguros ou Mediadores de Resseguros (Ramos Vida e Ramos Não Vida) 4	2022	5	20	100

Formação. Continua | Funcionários da Câmara Municipal de Penafiel

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Boas Práticas no Atendimento ao Público	2022	10	15	150
2	Boas Práticas no Atendimento ao Público	2022	8	15	120

Formação. Continua | Funcionários das Confeções Simão Ribeiro, Lda

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Ambiente, Segurança, Higiene e Segurança no Trabalho - conceitos básicos	2022	15	25	375
2	Primeiros Socorros - Tipos de Acidentes e Formas de Atuação	2022	15	25	375

No ano de 2022 o Departamento de Formação desenvolveu todas as atividades que tinha inicialmente previstas.

Os formandos participaram em algumas conferências e seminários e efetuaram visitas de estudo relacionadas com as temáticas dos respetivos cursos.

O cursos de Educação e formação de Adultos realizaram, também, várias atividades integradoras de acordo com as temáticas das áreas dos seus cursos que foram apresentadas à comunidade escolar da AEP.

[Handwritten signatures and initials]

11. Centro Qualifica



O Centro Qualifica da AEP entrou durante o ano de 2022 no sexto ano da sua existência e o segundo ano da execução da terceira operação aprovada pela ANQEP, que vigorou até final de 2022.

Neste ano foi mantida a dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC, em regime presencial e, em alguns casos, em regime à distância, em processo contínuo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

No exercício de 2022 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos. O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.



Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, superando-se a mais de 100% a meta dos inscritos e encaminhados contratualizados, resultante das seguintes componentes acumuladas:

Resultados obtidos em 31-12-2022 (acumulado)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	211	128	339
Em Diagnóstico	72	8	80
Em Orientação	212	41	31
Encaminhado	1669	1477	3146
Em Reconhecimento	457	12	469
Certificado	412	40	452

Resultados obtidos em 31-12-2022 (ano civil)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	21	20	41
Em Orientação	2	0	2
Encaminhado	262	247	509
Em Reconhecimento	45	5	47
Certificado	46	10	56

Estes números traduzem que cerca de cinco mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica desde o início do seu funcionamento, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.

Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP, no quadro do Plano Estratégico de Intervenção para o próximo triénio, tenha visto prolongada a sua autorização de acolhimento e funcionamento do seu Centro Qualifica.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável.

E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica.

É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada.

Em 7 de dezembro foi realizada a cerimónia de entrega de diplomas e certificados às dezenas de adultos que se certificaram no nosso Centro Qualifica ao longo de 2021 e 2022.



12. Notas Finais

O exercício em apreço correspondeu ao terceiro e último ano do mandato dos atuais corpos sociais, eleitos em 2020, para o triénio 2020-2022.

Esta Direção, mesmo num clima de incerteza e insegurança da economia nacional e mundial que foi transversal ao desenvolvimento de todo o mandato, por diferentes motivos, conseguiu manter em prática um plano de estabilidade orgânica e funcional, consolidando as condições que garantissem a estabilidade para os próximos anos, não se limitando a reivindicar e resignar ao *status quo* existente, mas sendo inovadora, dinâmica, proponente e ser parte da solução, respeitando a história de 130 anos desta nobre Instituição.

A Direção endereça os agradecimentos aos demais Órgãos Sociais pela cooperação institucional e orgânica, cordial relacionamento e solidariedade que sempre prestaram ao longo deste exercício e do mandato.

A todos os parceiros, mostra o seu compromisso e espírito de cooperação, de amizade e de parceria produtiva, numa lógica de dinamização de projetos partilhados que a todos abona positivamente.

Às instituições bancárias, a Direção agradece a confiança prestada ao longo de todo o exercício, na convicção de que o cumprimento integral das obrigações e dos resultados financeiros acumulados foram fatores facilitadores dessa confiança.

Aos colaboradores da AEP dirige especial reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos no ano de 2022, que a todos se deve, e a todos cria exigência acrescida.

É com redobrado orgulho que se assinala e saúda o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.

O respeito, a honestidade e a capacidade de trabalho, muitas vezes fora da zona de conforto, foram valores que implantámos para garantir que a independência institucional, a liberdade descomprometida de atuação e a estabilidade financeira fossem valores inalienáveis.

Foi esse o carácter e realidade que se encontrou no início deste mandato. Compromisso, exigência e seriedade.

É com esta independência institucional, liberdade descomprometida de atuação e saúde financeira que se julga ter deixado um legado a quem vier a suceder a esta Direção.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de **48.028,81€** (quarenta e oito mil e vinte e oito euros e oitenta e um cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 16 de março de 2023

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Augusto Basílio Neves Teixeira

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

13. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia dezasseis de março de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniram-se na secretaria da AEP – Associação Empresarial de Penafiel os membros do Conselho Fiscal para, no cumprimento do mandato que V.as Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, examinarmos os livros, registos contabilísticos e demais documentação da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, em zelo pela observância da Lei e Estatutos, e solicitámos à Direção os elementos, informações e documentos que, em nosso entendimento, julgados necessários.

O Conselho Fiscal tem procedido à fiscalização da atividade da Associação, vigilância da observância da Lei e dos Estatutos, verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte documental que se entendeu necessário, tendo os serviços responsáveis pela área da contabilidade fornecido, de forma diligente, todos os elementos por nós solicitados.

Nesta análise documental não constatámos desconformidades com compromisso e legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e organização contabilística.

Numa análise global da Demonstração de Resultados e do Balanço à data de 31 de dezembro de 2022, verifica-se um aumento dos rendimentos em relação ao exercício antecedente, mas que também foi acompanhado do aumento dos gastos em maior escala, do que resultou um resultado líquido positivo inferior ao do exercício transato, mas ainda assim bastante positivo.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, procedeu ainda à fiscalização do processo de preparação, de divulgação da informação financeira e revisão dos documentos de prestação de contas da Associação, para o exercício em análise e, com base no trabalho efetuado, somos a concluir que a referida informação está isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que refletem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da AEP – Associação Empresarial de Penafiel.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal registou o esforço que a Direção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel desenvolveu para assegurar a estabilidade e melhoria financeira da Associação, que resultou

numa clara melhoria da credibilidade e solidez da Associação, e reitera a importância da continuidade da prossecução das medidas que visem a melhoria e estabilidade da situação económica e financeira da Associação.

Em conclusão, face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe:

1. Considerando a conformidade documental e organização contabilística com as normas atuais em vigor, somos da opinião que o Relatório de Atividades da Direção, as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2022 apresentadas pela Direção, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada, devem ser aprovados pela digníssima Assembleia Geral;
2. Que seja atribuído um voto de louvor à Direção e colaboradores, pela dinâmica e trabalhos realizados durante o seu mandato, pela forma e empenho que conduziu os destinos da Associação durante este mandato.

À consideração da Assembleia Geral.

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso – Sócio n.º 281.

Secretário: José Manuel Farias Rodrigues – Sócio n.º 280.

Relator: Joaquim da Silva Rodrigues – em representação do Sócio n.º 122 – Caridades - Acácio da Caridade Ferreira & Irmão, S.A.

The image shows three handwritten signatures in blue ink. The top signature is the most legible and appears to be 'Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso'. Below it is a signature that looks like 'José Manuel Farias Rodrigues'. The bottom signature is more stylized and less legible, but it is also in blue ink.

1

[Handwritten signatures and initials]

14. Documentos Contabilísticos

Ano fiscal: 2022

Todas as contas

Do período: Apuramento

ao período: Apuramento

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			42,610.47	39,344.21	3,266.26	
12	DEPOSITOS A ORDEM			6,426,396.94	6,273,528.59	152,868.35	
Total da classe de conta: 1		0.00	0.00	6,469,007.41	6,312,872.80	156,134.61	0.00
21	CLIENTES			161,201.34	138,152.10	23,049.24	
23	PESSOAL			290,878.97	290,878.97		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		10,298.91	605,225.23	622,897.46		17,672.23
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			984,566.53	1,024,566.53		40,000.00
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			41,100.00	35,885.00	5,215.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			6,746,258.30	4,608,463.18	2,137,795.12	
28	DIFERIMENTOS			2,847,653.64	4,720,826.45		1,873,172.81
Total da classe de conta: 2		0.00	10,298.91	11,676,884.01	11,441,669.69	2,166,059.36	1,930,845.04
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,120.73		63,120.73	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,668,535.82	1,698,918.48	969,617.34	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			59,248.04	58,511.35	736.69	
Total da classe de conta: 4		0.00	0.00	2,790,904.59	1,757,429.83	1,033,474.76	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				744,924.14		744,924.14
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			54,318.24	213,374.74		159,056.50
Total da classe de conta: 5		0.00	0.00	54,318.24	1,431,113.12	0.00	1,376,794.88
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		1,901,515.84	1,908,467.20	1,908,467.20		
63	GASTOS COM O PESSOAL		448,987.82	508,148.27	508,148.27		
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		49,609.89	49,609.89	49,609.89		
65	PERDAS POR IMPARIDADE		11,407.50	11,407.50	11,407.50		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		59,120.65	59,244.90	59,244.90		
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		7,147.50	7,147.50	7,147.50		
Total da classe de conta: 6		0.00	2,477,789.20	2,544,025.26	2,544,025.26	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	52,604.49		52,676.49	52,676.49		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2,388,191.16		2,411,078.20	2,411,078.20		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	95,311.12		95,328.62	95,328.62		
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.	10.15		10.15	10.15		
Total da classe de conta: 7		2,536,116.92	0.00	2,559,093.46	2,559,093.46	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6,767,349.66	6,815,378.47	6,940,780.26	6,988,809.07		48,028.81
Total da classe de conta: 8		6,767,349.66	6,815,378.47	6,940,780.26	6,988,809.07	0.00	48,028.81
Total:		9,303,466.58	9,303,466.58	33,035,013.23	33,035,013.23	3,355,668.73	3,355,668.73

Balancete Razão (Sintético)

Ano fiscal: 2022

Todas as contas

Do período: Regularizações ao período: Regularizações

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			42,610.47	39,344.21	3,266.26	
12	DEPOSITOS A ORDEM			6,426,396.94	6,273,528.59	152,868.35	
Total da classe de conta: 1		0.00	0.00	6,469,007.41	6,312,872.80	156,134.61	0.00
21	CLIENTES			161,201.34	138,152.10	23,049.24	
23	PESSOAL			290,878.97	290,878.97		
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			605,225.23	612,598.55		7,373.32
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS			984,566.53	1,024,566.53		40,000.00
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			41,100.00	35,885.00	5,215.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	61,249.58	59,416.61	6,746,258.30	4,608,463.18	2,137,795.12	
28	DIFERIMENTOS		2,192.64	2,847,653.64	4,720,826.45		1,873,172.81
Total da classe de conta: 2		61,249.58	61,609.25	11,676,884.01	11,431,370.78	2,166,059.36	1,920,546.13
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,120.73		63,120.73	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		28,281.27	2,668,535.82	1,698,918.48	969,617.34	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS		441.94	59,248.04	58,511.35	736.69	
Total da classe de conta: 4		0.00	28,723.21	2,790,904.59	1,757,429.83	1,033,474.76	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				744,924.14		744,924.14
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9,948.26	2,089.13	54,318.24	213,374.74		159,056.50
Total da classe de conta: 5		9,948.26	2,089.13	54,318.24	1,431,113.12	0.00	1,376,794.88
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2,192.64		1,908,467.20	6,951.36	1,901,515.84	
63	GASTOS COM O PESSOAL	59,416.61	59,160.45	508,148.27	59,160.45	448,987.82	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	28,723.21		49,609.89		49,609.89	
65	PERDAS POR IMPARIDADE			11,407.50		11,407.50	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			59,244.90	124.25	59,120.65	
69	GANHOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO			7,147.50		7,147.50	
Total da classe de conta: 6		90,332.46	59,160.45	2,544,025.26	66,236.06	2,477,789.20	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			72.00	52,676.49		52,604.49
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			22,887.04	2,411,078.20		2,388,191.16
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		9,948.26	17.50	95,328.62		95,311.12
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.				10.15		10.15
Total da classe de conta: 7		0.00	9,948.26	22,976.54	2,559,093.46	0.00	2,536,116.92
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			173,430.60	173,430.60		
Total da classe de conta: 8		0.00	0.00	173,430.60	173,430.60	0.00	0.00
Total:		161,530.30	161,530.30	23,731,546.65	23,731,546.65	5,833,457.93	5,833,457.93

BALANÇO

31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2022	31 dez 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	969.617,34	994.549,32
Ativos intangíveis	5	736,69	1.178,63
Investimentos financeiros	7	63.120,73	61.736,25
		1.033.474,76	1.057.464,20
Ativo corrente			
Créditos a receber	8,7	2.359.925,99	3.550.382,25
Estado e outros entes públicos	11	18.772,21	15.289,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	5.215,00	14.432,50
Diferimentos		2.567,46	2.197,44
Outros ativos correntes	7	113,69	500,29
Caixa e depósitos bancários		156.134,61	205.119,15
		2.542.728,96	3.787.921,18
Total do ativo		3.576.203,72	4.845.385,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7	160.023,07	160.023,07
Resultados transitados	7	744.924,14	571.493,54
Excedentes de revalorização	7	312.791,17	312.791,17
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	7	159.056,50	166.915,63
		1.376.794,88	1.211.223,41
Resultado líquido do período	11	48.028,81	173.430,60
Total dos fundos patrimoniais		1.424.823,69	1.384.654,01
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	7	42.280,85	44.369,98
		42.280,85	44.369,98
Passivo corrente			
Fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	11	36.444,44	61.275,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	7	40.000,00	100.000,00
Diferimentos	8	1.875.740,27	3.133.604,55
Outras dívidas a pagar	7	156.914,47	121.480,96
		2.109.099,18	3.416.361,39
Total do passivo		2.151.380,03	3.460.731,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.576.203,72	4.845.385,38

O Contabilista Certificado

A Direção

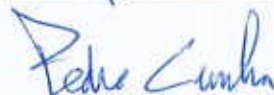
Dulce Sofia Monteiro da Silva



Vitor António Bene de Melo



Augusto Basílio Neves Teixeira



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	11	52.604,49	72.533,61
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2.388.191,16	1.898.463,85
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.901.515,84)	(1.326.455,26)
Gastos com o pessoal	8	(448.987,82)	(426.999,39)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(11.407,50)	-
Outros rendimentos	11	95.321,27	58.355,13
Outros gastos	11	(59.129,61)	(9.621,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		115.076,15	266.275,96
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(49.609,89)	(45.866,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65.466,26	220.409,26
Juros e gastos similares suportados		(7.138,54)	(6.008,69)
Resultado antes de impostos		58.327,72	214.400,57
Imposto sobre o rendimento do período		(10.298,91)	(40.969,97)
Resultado líquido do período		48.028,81	173.430,60

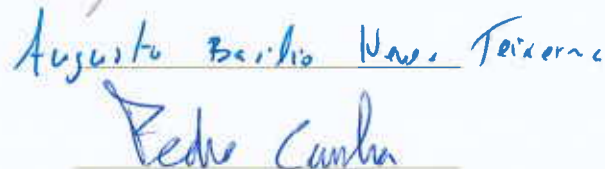
O Contabilista Certificado

A Direção


 Dela Sofia Monteiro da Silva


 António Sousa de Melo


 Augusto Barilho Novo Teixeira


 Pedro Cunha

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		132.030,57	123.999,20
Recebimentos de subsídios		2.321.125,40	1.712.674,19
Pagamentos de bolsas		(849.560,64)	(586.121,15)
Pagamentos a fornecedores		(1.069.939,19)	(740.785,98)
Pagamentos ao pessoal		(371.764,57)	(344.850,64)
Caixa gerada pelas operações		161.891,57	164.915,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(40.969,97)	(13.791,57)
Outros recebimentos/pagamentos		(73.178,73)	(45.005,43)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		47.742,87	106.118,62
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(28.222,16)	(12.930,15)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(1.357,78)	(1.249,74)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(29.579,94)	(14.179,89)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	100.000,00
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(60.000,00)	-
Juros e gastos similares		(7.147,47)	(6.008,15)
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(67.147,47)	93.991,85
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(48.984,54)	185.930,58
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		205.119,15	19.188,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		156.134,61	205.119,15

O Contabilista Certificado

A Direção

Dulce Sofia Monteiro das Luz


 Vasco Antonio Barros de Melo
 Professor de Matemática
 Augusto Barros Neves Teixeira
 Pedro Cunha

BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2020	2021	2022
Activo				
1. Activo não corrente		1 065 323	1 057 464	1 033 475
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 1 004 836	€ 994 549	€ 969 617
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 0	€ 1 179	€ 737
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 0	€ 0	€ 0
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 60 487	€ 61 736	€ 63 121
2. Existências	31 a 39	€ 0	€ 0	€ 0
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	€ 0	€ 0
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 3 592 153	€ 3 580 605	€ 2 384 027
4.1. Clientes	21	€ 0	€ 0	€ 0
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	€ 0	€ 0
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 13 375	€ 14 433	€ 5 215
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 17 322	€ 15 290	€ 18 772
4.2.3. Outras contas a receber		€ 3 561 456	€ 3 550 883	€ 2 360 040
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 19 189	€ 205 119	€ 156 135
6. Diferimentos	281 e 282	€ 1 597	€ 2 197	€ 2 567
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 4 678 261	€ 4 845 385	€ 3 576 204
Fundos Patrimoniais e Passivo				
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	€ 160 023	€ 160 023
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	€ 0	€ 0
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 998 952	€ 1 051 200	€ 1 216 772
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 312 791	€ 312 791	€ 312 791
10.2. Outras Reservas		€ 0	€ 0	€ 0
10.3. Resultados Transitados		€ 511 386	€ 571 494	€ 744 924
10.4. Outras Variações		€ 0	€ 0	€ 0
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais		€ 174 775	€ 166 916	€ 159 057
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 60 107	€ 173 431	€ 48 029
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	€ 0	€ 0
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 219 083	€ 1 384 654	€ 1 424 824
Passivo				
14. Provisões	29	€ 0	€ 0	€ 0
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 46 459	€ 44 370	€ 42 281
15.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25	€ 0	€ 0	€ 0
15.2 Dívidas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	€ 0	€ 0
15.3 Outras Dívidas	21,22,24,27	€ 46 459	€ 44 370	€ 42 281
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 94 391	€ 282 757	€ 233 359
16.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25,12	€ 0	€ 100 000	€ 40 000
16.2 Fornecedores	22	€ 0	€ 0	€ 0
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 30 461	€ 61 276	€ 36 445
16.4 Outras Dívidas	21,25,26	€ 63 930	€ 121 481	€ 156 914
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	€ 0	€ 0
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	€ 0	€ 0
16.4.3. Outros Credores		€ 0	€ 121 481	€ 156 914
17. Diferimentos	282	€ 3 318 329	€ 3 133 605	€ 1 875 740
17.1. Acréscimos de Custos		€ 0	€ 0	€ 0
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 3 318 329	€ 3 133 605	€ 1 875 740
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	€ 0	€ 0
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 3 459 179	€ 3 460 731	€ 2 151 380
20. Total dos fundos patrimoniais e do passivo (14+19)		€ 4 678 261	€ 4 845 385	€ 3 576 204

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Augusto Basílio Neves Teixeira

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód SNC	2020		2021		2022	
<u>Rendimentos</u>							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 46 768	3,48%	€ 72 533	3,57%	€ 52 604	2,07%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsidio à Exploração	75	€ 1 238 072	92,18%	€ 1 898 464	93,55%	€ 2 388 191	94,17%
6. Reversões	76	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 58 335	4,34%	€ 58 355	2,88%	€ 95 322	3,76%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 1 343 175	100,00%	€ 2 029 352	100,00%	€ 2 536 117	100,00%
<u>Gastos</u>							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 775 596	57,74%	€ 1 326 455	65,36%	€ 1 901 516	69,58%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 690 555	51,41%	€ 1 205 200	59,39%	€ 1 713 272	67,55%
12.3. Materiais		€ 17 831	1,33%	€ 17 716	0,87%	€ 36 639	1,44%
12.4. Energias e Fluidos		€ 16 794	1,25%	€ 17 367	0,86%	€ 14 670	0,58%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 10 546	0,79%	€ 18 486	0,91%	€ 19 997	0,79%
12.6. Serviços Diversos		€ 39 870	2,97%	€ 67 686	3,34%	€ 116 938	4,61%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 393 423	29,29%	€ 426 999	21,04%	€ 448 988	17,70%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 56 863	4,23%	€ 45 867	2,26%	€ 49 610	1,96%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 11 408	0,45%
16. Perdas por Redução do Justo Nalor	66	€ 0	3,15%	€ 0	0,47%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 42 367	3,15%	€ 9 622	0,47%	€ 59 131	2,33%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 1 268 249	100,00%	€ 1 808 943	89,14%	€ 2 470 653	97,42%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 74 926	5,58%	€ 220 409	10,86%	€ 65 465	2,58%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 1 028	0,08%	€ 6 009	0,30%	€ 7 138	0,28%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 1 028	0,08%	€ 6 009	0,30%	€ 7 138	0,28%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 73 898	9,53%	€ 214 401	10,56%	€ 58 327	2,30%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 13 791	1,78%	€ 40 970	2,02%	€ 10 299	0,41%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 60 107	4,47%	€ 173 431	8,55%	€ 48 028	1,89%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Vasco António Bessa de Melo
Pedro José Gomes de Melo
Augusto Basílio Neves Teixeira
Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

D^{ra} Dulce Sofia Monteiro da Silva

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** ("Associação" ou "AEP"), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes. A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social. Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993. Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal. Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF – ESNL"), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica "Outros ativos financeiros", correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

i) **Rédito**

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) **Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciables, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de actividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,

eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2022						
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	TOTAL
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2021	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	359.165,90	2.644.299,85
Adições	-	-	-	-	-	24.235,97	24.235,97
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	383.401,87	2.668.535,82
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2021	-	(713.267,28)	(100.313,04)	(5.441,01)	(502.152,78)	(328.576,42)	(1.649.750,53)
Adições	-	(26.218,81)	(1.604,51)	(3.840,71)	-	(17.503,92)	(49.167,95)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	(739.486,09)	(101.917,55)	(9.281,72)	(502.152,78)	(346.080,34)	(1.698.918,48)
Quantia escriturada	312.796,17	605.083,94	8.334,57	6.081,13	0,00	37.321,53	969.617,34

	2021						
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	TOTAL
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2020	312.796,17	1.342.120,03	106.576,88	15.362,85	502.152,78	329.858,64	2.608.867,35
Adições	-	2.450,00	3.675,24	-	-	29.307,26	35.432,50
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	359.165,90	2.644.299,85
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2020	-	(685.095,46)	(94.655,06)	(1.600,30)	(501.890,29)	(320.790,03)	(1.604.031,14)
Adições	-	(28.171,82)	(5.657,98)	(3.840,71)	(262,49)	(7.786,39)	(45.719,39)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	-	(713.267,28)	(100.313,04)	(5.441,01)	(502.152,78)	(328.576,42)	(1.649.750,53)
Quantia escriturada	312.796,17	631.302,75	9.939,08	9.921,84	0,00	30.589,48	994.549,32

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Vidas úteis

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis taxa de amortização médias:

	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2022		
	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	TOTAL
Quantia escriturada bruta:			
Saldo em 31.12.2021	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Adições	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 31.12.2021	(147,31)	(46.672,10)	(46.819,41)
Adições	(441,94)	-	(441,94)
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	(589,25)	(46.672,10)	(47.261,35)
Quantia escriturada	736,69	-	736,69

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2022 e 2021, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2022			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2022	31/12/2022	133.134,70	-	-	694.907,94
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	-	-	-	(7.069,20)
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	-	-	-	(2.669,13)
Centros Qualifica	POCH	01/01/2021	31/12/2022	55.292,63	-	-	187.756,63
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	42.292,52	-	-	-
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	5.073,55	-	-	-
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	30/06/2023	286.110,01	281.904,54	-	53.558,79
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/03/2023	23.915,66	21.914,18	-	25.887,64
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	30/06/2023	1.013.907,86	938.626,06	-	864.290,85
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/03/2023	114.755,93	116.041,31	-	29.624,34
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	CMPenafiel	02/01/2020	31/12/2022	-	-	-	20.473,00
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	05/05/2023	176.113,00	187.159,11	-	205.054,74
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	06/10/2021	30/06/2023	339.015,62	260.265,87	-	174.581,83
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	29/07/2023	112.814,07	69.829,20	-	96.087,62
ERASMUS +		01/01/2022	31/12/2022	-	-	-	10.659,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	01/01/2022	31/12/2022	34.436,44	-	-	33.924,29
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	201.337,35	9.948,26
				2.336.861,99	1.875.740,27	201.337,35	2.397.016,60

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em euros)

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2021			
				Ativo (Créditos a receber)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	01/01/2021	31/12/2021	56.293,50	-	-	604.908,44
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	1.661,28	-	-	-
Formação - Ação para PME	POCI	-	2019	12.238,74	-	-	-
Centros Qualifica	POCH	01/01/2021	31/12/2022	246.676,32	212.137,59	-	122.241,36
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	26/11/2018	26/05/2021	42.292,52	-	-	200.887,40
Formação Modular para Desempregados de Longa Duração	POISE	03/12/2018	03/06/2021	66.589,26	65.703,32	-	74.027,46
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	24/09/2019	04/12/2020	5.073,55	-	-	-
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	31/12/2022	102.371,47	101.543,63	-	78.460,99
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/12/2022	44.713,01	47.795,79	-	15.009,64
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	28/08/2023	2.083.736,81	2.047.858,16	-	549.711,86
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/12/2022	172.393,35	145.665,65	-	35.959,43
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	CMPenafiel	02/01/2020	31/12/2022	20.473,00	20.473,00	-	20.473,00
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	31/12/2022	387.621,48	392.213,85	-	46.096,44
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	31/10/2022	205.402,59	165.916,82	-	39.485,77
ERASMUS +		01/01/2021	31/12/2021	-	-	-	12.284,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	01/01/2021	31/12/2021	80.123,63	-	-	95.695,87
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	211.285,61	9.948,26
				3.527.660,51	3.199.307,81	211.285,61	1.905.189,92

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2022			31.12.2021		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	5.614,83	-	5.614,83	4.230,35	-	4.230,35
Outros	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Investimentos financeiros	63.120,73	-	63.120,73	61.736,25	-	61.736,25
Cientes, c/c	23.064,00	-	23.064,00	22.721,74	-	22.721,74
Subsídios	2.336.861,99	-	2.336.861,99	3.527.660,51	-	3.527.660,51
Créditos a receber	2.359.925,99	-	2.359.925,99	3.550.382,25	-	3.550.382,25
Associados, c/c	5.215,00	-	5.215,00	14.432,50	-	14.432,50
Associados, cobrança duvidosa	11.407,50	(11.407,50)	-	-	-	-
Associados	16.622,50	(11.407,50)	5.215,00	14.432,50	-	14.432,50
Outros	113,69	-	113,69	500,29	-	500,29
Outros ativos correntes	113,69	-	113,69	500,29	-	500,29

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2022			31.12.2021		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Empréstimos bancários	40.000,00	-	40.000,00	100.000,00	-	100.000,00
Financiamentos obtidos	40.000,00	-	40.000,00	100.000,00	-	100.000,00
Ajustamentos em subsídios	-	42.280,85	42.280,85	-	44.369,98	44.369,98
Credores por acréscimos de gastos	59.416,61	-	59.416,61	61.972,95	-	61.972,95
Fornecedores de investimentos	20.100,81	-	20.100,81	25.475,21	-	25.475,21
Outros credores	77.397,05	-	77.397,05	34.032,80	-	34.032,80
Outras dívidas a pagar	156.914,47	42.280,85	199.195,32	121.480,96	44.369,98	165.850,94

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Rubricas	Fundos	31.12.2022				
		Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2022	160.023,07	571.493,54	312.791,17	166.915,63	173.430,60	1.384.654,01
Aplicação do Resultado líquido do período	-	173.430,60	-	-	(173.430,60)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,14)	48.028,81	40.169,67
Posição em 31 de dezembro de 2022	160.023,07	744.924,14	312.791,17	159.056,50	48.028,81	1.424.823,69

Rubricas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	31.12.2021		Total
				Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
Posição em 1 de janeiro de 2021	160.023,07	511.386,30	312.791,17	174.774,76	60.107,24	1.219.082,54
Aplicação do Resultado líquido do período	-	60.107,24	-	-	(60.107,24)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,13)	173.430,60	165.571,47
Posição em 31 de dezembro de 2021	160.023,07	571.493,54	312.791,17	166.915,63	173.430,60	1.384.654,01

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

8.1 Número médio de empregados durante o período

	2022	2021
Início do período	22	19
Fim do período	22	22
Média do período	22	21

8.2 Gastos com o pessoal

	2022	2021
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	372.320,80	350.619,34
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	76.667,02	72.557,04
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Bolsas - estágio e subsídios	-	3.823,01
	448.987,82	426.999,39

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 15 de fevereiro de 2023.


9.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES**11.1 Partes relacionadas****Partes relacionadas****Empresas Subsidiárias**

SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

11.2 Vendas e serviços prestados

	2022	2021
Quotas	14.650,00	16.269,40
Jóias	417,50	775,00
Aluguer de instalações	8.901,00	11.160,00
Formação	6.821,00	8.611,94
Arrendamento	3.744,00	3.600,00
Prestações de serviços	7.200,00	7.200,00
Outros	10.870,99	24.917,27
	52.604,49	72.533,61

11.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o valor acrescentado	18.772,21	15.289,55
Total ativo	18.772,21	15.289,55

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	7.407,11	38.179,95
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	19.552,52	14.179,51
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança Social	9.354,41	8.812,75
Fundo de compensação	130,40	103,67
Total passivo	36.444,44	61.275,88

11.4 Fornecimentos e serviços externos

	2022	2021
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	214.532,25	178.109,54
Publicidade e propaganda	30.608,04	15.498,98
Vigilância e segurança	-	-
Bolsas - formandos	871.438,34	586.121,15
Honorários - formadores	587.690,09	421.404,42
Honorários - outros	3.600,00	-
Conservação e reparação	1.638,86	752,61
Serviços bancários	3.763,96	3.313,54
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21.845,13	10.786,92
Livros e documentação técnica	2.125,36	35,00
Material de escritório	12.668,80	5.394,35
Artigos para oferta	-	1.499,25
Energia e fluidos		
Eletricidade	8.339,25	11.783,68
Combustíveis	4.382,12	3.532,09
Água	1.706,41	1.725,12
Outros	242,58	326,58
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	19.997,15	18.485,76
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	29.888,88	16.043,47
Comunicação	6.109,88	8.078,59
Seguros	12.398,06	9.391,96
Limpeza, higiene e conforto	4.788,72	2.620,15
Outros serviços	63.751,96	31.552,10
	1.901.515,84	1.326.455,26

11.5 Outros rendimentos

	2022	2021
Bar	17.838,44	8.199,33
Alugueres	11.795,00	5.412,50
Estudos, projetos	36.219,83	20.661,29
Donativos	16.896,96	12.691,00
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	2.622,78	1.442,75
	95.321,27	58.355,13

11.6 Outros gastos

	2022	2021
Impostos e taxas	141,75	138,11
IVA regularizado por variação da Afetação Real	21.722,92	-
Dívidas incobráveis	3.634,36	-
Outros		
Quotizações	1.915,00	2.065,00
Correções relativas a períodos anteriores	1.221,68	564,55
Bar (compras)	17.468,67	6.082,74
Outros	13.025,23	771,58
	59.129,61	9.621,98

11.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 48.028,81 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 48.028,81 euros

Penafiel, 15 de fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado

Dulce Sofia Montero da Silva

A Direção


Marco António Berra de Melo



Augusto Barroso Nunes Teixeira


Pedro Cunha

15. Relatório de Auditoria



HENRIQUE, DUARTE & GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.576.204 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.424.824 euros, incluindo um resultado líquido de 48.029 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 15 de fevereiro de 2023

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)

Registado na CMVM com o nº 20160338